

Plebiscito da Campanha Salarial de Rádio e TV 2017-2018

Diga à NÃO a proposta que retira direitos e diminui a renda Jornalistas e radialistas marcam assembleia unificada

Entre 19 de abril e 2 de maio, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) realiza um plebiscito para consultar os trabalhadores sobre o próximo passo da Campanha Salarial de Rádio e TV. A voto, novamente, a proposta das empresas que significa um ataque que nunca enfrentamos antes às nossas condições de trabalho e ao próprio jornalismo.

Por que votar NÃO?

A proposta das empresas para a nossa Convenção Coletiva não só acaba com direitos que foram conquistados ao longo de décadas, como também rebaixa garantias legais. Aceitar essa proposta significa dar o nosso aval a condições ainda piores do que as estabelecidas pela reforma trabalhista, em alguns casos. **As empresas dependem da nossa assinatura para rebaixar esses direitos.**

- O **parcelamento das férias** é o caso mais claro disso. Pela reforma trabalhista, as férias podem ser divididas em 3 períodos caso seja de interesse do empregado. As empresas querem uma carta em branco para decidir unilateralmente, por exemplo, o uso de dias das férias do jornalista para montar a escala de final de ano.

- a **compensação de horas**: as empresas querem quebrar a jornada regular e dificultar enormemente qualquer possibilidade de que você receba por horas extras. No banco de horas anterior, havia limite de 21 horas mensais - a 22ª devia ser paga. Agora, **não haveria mais limites**. Antes, o prazo para compensação era de 2 meses. Agora, seria **de 6 meses**. As

empresas precisam de nossa assinatura nisso para ter segurança jurídica. Se não aceitamos, temos plenas condições de combater essa forma violenta de compensação de horas.

- possibilidade de **redução de 43% nos vencimentos** para parcela significativa da nossa categoria: os jornalistas contratados por 5 horas diárias, mas que na prática trabalham pelo menos 6 ou 7 horas diárias, poderiam deixar de receber essas horas, as quais seriam integradas ao banco de horas. Se viessem a receber, eventualmente, poderia ser 6 meses depois, e com valor reduzido (já que não seria com adicional de 75% sobre a 6ª hora e de 100% sobre a 7ª, mas de 55% sobre todas). Essa questão abre também a possibilidade de que as empresas adotem as 5 horas diárias como padrão de contratação, pouco a pouco **demitindo os jornalistas contratados por 7 horas**. Novamente, as empresas querem que a categoria aceite isso para ter segurança jurídica para aplicar essas condições.

- ainda perderíamos direitos inscritos na nossa Convenção: o **quinquênio** seria congelado a partir de novembro, a **estabilidade para empregado em vias de se aposentar** e para a **jornalista que retorna da licença maternidade** poderia ser rescindida por decisão unilateral da empresa, perderíamos garantias relacionadas às verbas rescisórias.

- fora tudo aquilo que, na tentativa de negociar, já abrimos mão: diária de viagem, indenização quem se aposenta, indenização para quem é demitido e tem mais de 45 anos, estabilidade ao afastado por motivo de doença.

Em troca disso, os jornalistas teriam a **renovação da Convenção Coletiva (amputada), 2,5% de reajuste nas cláusulas econômicas, e a PPR**. Por isso, o Sindicato considera que precisamos continuar combatendo pela renovação da Convenção, mas com condições dignas, o que neste momento significa votar NÃO.

Rejeitada essa proposta, qual o próximo passo?

Nesta campanha, os jornalistas tiveram uma postura aberta a negociações, fazendo diversas contrapropostas. As empresas, porém, mostraram-se intransigentes. Apresentaram sua proposta em 15 de dezembro e não aceitaram mudar nem uma vírgula. Não estamos em uma situação de negociação normal, similar à dos anos anteriores (que já eram duras).

Nos encontramos em um momento chave para a nossa profissão.

É preciso resistir à pressão das empresas e não aceitar a demolição das nossas condições profissionais.

O caminho é a unidade com os outros trabalhadores das empresas de Rádio e TV. Os radialistas têm database em 1º de maio e vão encontrar as mesmas condições na sua campanha salarial.

Por isso, os dois sindicatos em conjunto estão chamando um assembleia unificada no dia 10 de maio, que pode e deve desembocar em reuniões unitárias nos locais de trabalho e tentativas de mobilização conjunta.

Conhecemos as dificuldades. Consideramos que é hora de encará-las, categoria e Sindicato, pelo futuro de nossa profissão.

Assembleia dos jornalistas e radialistas: quinta, 10/5, às 20h

(em caso de rejeição da proposta patronal neste plebiscito)

Apoie o fundo de greve da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC)

Em greve há mais de dois meses, jornalistas de Campinas estão com salários atrasados desde janeiro e contam com a solidariedade da categoria

Jornalistas da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC), que publica o “Correio Popular” e o “Notícia Já”, de Campinas, estão em greve desde 14 de fevereiro em protesto contra os atrasos de pagamentos. Com mais de dois meses de paralisação, a greve é a maior da história do jornalismo em São Paulo e foi caminho deliberado pelos profissionais depois de dois anos enfrentando constantes atrasos de salários e benefícios.

Os trabalhadores e trabalhadoras estão com salários em aberto desde janeiro e não receberam nem o 13º de 2017. A empresa ainda deve seis meses de vales refeição e alimentação, quem saiu de férias nos últimos

dois anos não recebeu adicional de um terço e até o recolhimento do FGTS está em atraso.

O Sindicato dos Jornalistas criou um fundo de greve para contribuir com o pagamento emergencial dos profissionais que seguem mobilizados enquanto aguardam o julgamento do dissídio pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15-Campinas).

Para dar continuidade ao movimento, os jornalistas da RAC contam com a solidariedade da categoria contribuindo com qualquer quantia ao fundo. Os recursos são administrados pelos próprios grevistas de acordo com a necessidade dos e das jornalistas. Contribua!

Como contribuir

**Deposite ou transfira na
Caixa Econômica Federal:
Agência 4070
Conta corrente 1143-3**

**Sindicato dos Jornalistas
Profissionais no Estado de
São Paulo
CNPJ 62.584.230.0001-00**

Caso o depósito ou transferência seja entre contas da Caixa, o código da operação é 003.

Contra a “reforma” trabalhista e a precarização, sindicalize-se!

Em meio à conjuntura de retirada de direitos com a “reforma” trabalhista, o papel do Sindicato dos Jornalistas continua fundamental para defender a categoria, para manter e ampliar conquistas.

A atuação do Sindicato é essencial para a negociação das campanhas salariais, para defesa dos jornalistas nos locais de trabalho, contra as demissões coletivas e outras formas

de precarização, como os atrasos salariais que vêm ocorrendo em algumas empresas de comunicação.

Além de fortalecer a luta sindical e a organização da categoria, a sindicalização também garante a defesa especializada dos profissionais, que ainda contam com convênios e parcerias que beneficiam o próprio jornalista e seus dependentes.

Para os jornalistas da capital a

mensalidade dos associados é R\$ 58 e, para jornalistas do interior e litoral, é de R\$ 34, valores definidos pelos profissionais em assembleia. Jornalistas empregados em empresas que estão atrasando os salários podem solicitar o pagamento da mensalidade social (R\$ 10,00)

Acesse o site do Sindicato e faça sua sindicalização pela internet:

www.sjssp.org.br